

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo	3
Título: Fôlego para setor de petróleo	3
Título: Sem caixa, equipe econômica estuda elevar tributo da gasolina	5
Título: Acionistas da Vale aprovam primeiro passo da reestruturação	7
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	8
Título: Tarifa da Eletropaulo vai subir 5,15% a partir de julho	8
Título: Vale aprova reestruturação que pulveriza empresa	9
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	11
Título: Eletropaulo vai elevar tarifas em 4,48% a partir de julho	11
Título: Para elevar receita, aumento da Cide volta ao radar	12
Título: Chinesa faz proposta por fatia de Santo Antônio.....	14
Título: Direto da Fonte	15
VEÍCULO: Valor Econômico	15
Título: CCEE pede à Aneel R\$ 2,7 bi extras para Conta de Desenvolvimento Energético	15
Título: ANP terá royalties diferenciados em próximo leilão.....	17
Título: Relatório sobre cessão onerosa do pré-sal sai nesta semana.....	17
Título: Vale vence primeira etapa e espera pela adesão de acionista	18
Título: Variação do minério volta a ser positiva no mês	20
Título: Destaques	22
Título: Minoritários da CPFL Renováveis vão à CVM	22
Título: Mineradora de carvão de Eike Batista vai propor ação contra ex-executivo	25
Título: Curtas	26

Título: CSN tenta barrar aquisição de concorrentes.....	27
Título: Modelo virtual da GE prevê problemas.....	29

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura, Danielle Nogueira E Ramona Ordoñez****Título: Fôlego para setor de petróleo**

Governo vai prorrogar incentivo fiscal à indústria. BNDES facilitará garantias para infraestrutura.

Diante da grave crise política, o governo do presidente Michel Temer aposta em medidas de estímulo ao investimento em infraestrutura em mais uma iniciativa para criar uma agenda positiva. Antigos entraves para a expansão do setor de petróleo e gás e para o financiamento de concessões pelo BNDES começam a sair do papel. Nos próximos dias, o governo federal deve publicar decreto que prorroga, por mais 20 anos, as regras do Repetro, um regime aduaneiro que facilita a importação e exportação de bens para a indústria de petróleo e que tinha vencimento previsto para 2019. A renovação do programa enfrentava resistência do Ministério da Fazenda, que via o incentivo com cautela por representar uma renúncia fiscal para o governo. O receio era que outros setores da indústria reivindicassem tratamento similar.

Em outra frente, o BNDES fechou acordo com os principais bancos públicos e privados para que eles compartilhem garantias financeiras com o banco de fomento, de modo a reduzir o custo dos empréstimos em novas concessões. No caso do Repetro, em meio à crise política, que deixou o governo federal fragilizado e foi agravada com a denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o presidente Michel Temer, tanto a Fazenda quanto o Ministério de Minas e Energia querem sinalizar aos investidores internacionais que ações para garantir mais certeza e previsibilidade para as concessões não acabaram. A renovação do programa era uma bandeira antiga das empresas de petróleo, que cobravam a renovação do incentivo de modo a viabilizar investimentos de longo prazo. Empresários alegavam que, caso o incentivo não fosse renovado, a demanda pelos leilões de petróleo previstos para setembro e outubro deste ano poderia ser afetada.

ATÉ 65% DOS INVESTIMENTOS

Técnicos do Ministério de Minas e Energia vinham pressionando a Fazenda pelo anúncio da prorrogação do Repetro antes dos leilões. O argumento é que os benefícios concedidos pelo programa são fundamentais para os lances nos leilões. Além de mobilizarem investimentos bilionários, os leilões são aguardados pelo governo como forma de incrementar a arrecadação neste ano. A previsão é que os certames resultem em arrecadação de ao menos R\$ 8,5 bilhões em outorgas, no momento da assinatura dos contratos. Estão previstas para este ano

a 2ª e a 3ª rodadas de leilão de áreas do pré-sal, em 27 de outubro; e a 14ª rodada de licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural, em 27 de setembro.

O Repetro suspende a cobrança de tributos federais na importação e exportação de equipamentos do setor de petróleo. Sem ele, cálculos do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP) indicam que os tributos representam entre 45% e 65% dos investimentos totais dos empreendimentos. Ao pedir ao governo definição sobre o tema, as empresas argumentaram que poderiam abandonar as licitações ou incorporar aos preços o custo da incerteza quanto à continuidade do programa. — Esse mecanismo tributário é muito importante para ter projetos competitivos. Quem compra um bloco exploratório pode começar a investir só daqui a alguns anos. Por isso é importante trazer essa certeza antes do leilão, porque, na hora de valorar o ativo, o investidor vai poder colocar um valor melhor para o leilão — disse o secretário executivo de exploração e produção do IBP, Antônio Guimarães.

O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Décio Oddone, disse ontem em palestra a empresários na Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) que o destravamento de projetos em carteira das petroleiras na área de exploração e produção no pré-sal pode viabilizar investimentos de R\$ 240 bilhões, além da instalação de ao menos 20 novas plataformas. Alguns dos empreendimentos que enfrentam dificuldades são os dos campos de Libra e Sépia, nos quais a ANP deve analisar pedido de não cumprimento do percentual de conteúdo local. — A impressão que a gente traz é que, independentemente da situação política do Brasil, o interesse pelas áreas oferecidas nas rodadas no país neste ano é grande — disse.

— Estamos confiantes que os leilões serão um sucesso. Segundo Oddone, os leilões previstos até 2019 vão gerar investimentos de US\$ 83 bilhões nos próximos 35 anos, dos quais US\$ 30 bilhões seriam em projetos no litoral do Estado do Rio, conforme o GLOBO antecipou. No BNDES, em outra frente para alavancar investimentos, as garantias, que se mostraram um entrave na liberação de crédito de longo prazo do banco para concessões, vão ganhar mais flexibilidade. Acordo fechado com instituições públicas e privadas prevê que os bancos que oferecerem fianças equivalentes a, pelo menos, 40% do total do financiamento terão direito a compartilhar garantias com o BNDES. Caso um pool de bancos tenha interesse em oferecer as fianças, cada um deles terá de arcar com garantias de, no mínimo, 20% do valor do financiamento.

Entre os bancos que acertaram o acordo estão Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Santander, Bradesco, Itaú e Safra. Segundo o diretor da área de crédito e financeira do BNDES, Claudio Coutinho Mendes, nesse novo desenho, o BNDES pode ser o único financiador, dependendo do projeto e das garantias. Perguntado

por que os bancos privados teriam interesse em assumir mais risco do que costumam assumir — em geral, eles demonstravam interesse em participar com até 15% das garantias —, Coutinho disse que a clareza nas regras do novo modelo seria um fator de atratividade: — O produto fiança fica mais atraente na medida em que as condições de compartilhamento ficam mais claras. Segundo Coutinho, as condições para novas operações de crédito devem ser aplicadas a empreendimentos licitados recentemente, como os aeroportos de Florianópolis e Salvador e algumas rodovias paulistas.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Gabriela Valente / GERALDA DOCA

Título: Sem caixa, equipe econômica estuda elevar tributo da gasolina

Em meio à crise do governo, ala política resiste à ideia de subir a Cide

Com a arrecadação em queda, a equipe econômica estuda aumentar o imposto da gasolina para conseguir cumprir a meta de manter o rombo das contas públicas em, no máximo, R\$ 139 bilhões neste ano. Segundo fontes ouvidas pelo GLOBO, a ideia é dar uma cara ecologicamente correta para que a medida tenha o mínimo de resistência possível. O plano em estudo é criar uma alíquota flutuante para a Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico (Cide) que incide sobre o combustível mais popular do país e, ao mesmo tempo, arrecadar mais com esse “imposto verde”, que deve deixar a gasolina mais cara para estimular o uso de etanol em carros flex.

Essas fontes explicaram que, todas as vezes em que a Petrobras aumentasse o preço da gasolina, a alíquota diminuiria. No entanto, quando a estatal derrubasse o valor do combustível, o imposto poderia até cair, mas não o bastante para comprometer a competitividade do etanol. De um lado, o governo arrecada mais. De outro, estimula o uso do álcool, que polui menos. — A ideia seria usar a Cide como um imposto verde. A alíquota iria variar sempre, para dar competitividade ao etanol — afirmou um graduado interlocutor do presidente Michel Temer, sob a condição de anonimato.

RASPADINHA E PRECATÓRIOS

No entanto, essa proposta encontra resistência no campo político. O argumento de quem é contra é que a medida é bastante impopular no momento em que o governo está ainda mais enfraquecido politicamente, por causa das denúncias contra o presidente. Esse grupo sustenta, ainda, que o potencial de arrecadação também é baixo, já que a medida teria efeito apenas nos três meses finais de 2017. Estima-se que seriam arrecadados apenas R\$ 3 bilhões. Essa seria somente

uma das frentes para conseguir levantar mais dinheiro em 2017. Outra seria fazer com que a venda da Lotex, a empresa de raspadinhas da Caixa Econômica Federal, seja feita por concessão direta.

Assim, o dinheiro entraria diretamente nos cofres do Tesouro Nacional. O banco quer que essa operação seja feita via Caixa, como uma privatização por dentro da instituição. Com isso, os recursos iriam para o balanço, e a União receberia o pagamento de imposto sobre a operação. Se for feita como defende o Ministério da Fazenda, a operação pode render até R\$ 3 bilhões para o governo. Se for via Caixa, os ganhos cairiam à metade. Ela estava prevista para ocorrer em novembro, mas o cronograma foi antecipado, segundo fontes. Há várias outras frentes para tentar arrecadar mais. Com o Refis, programa de refinanciamento de dívidas tributárias, aprovado e ampliado no Congresso, o governo pretende levantar R\$ 14 bilhões. A projeção inicial era de R\$ 8 bilhões.

‘DESPESA DESCONTROLADA’

Nos próximos dias, o governo deve editar uma medida provisória para revisar regras do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), que geraria economia de R\$ 1,5 bilhão. E a equipe econômica ainda conta com 8,7 bilhões de precatórios. Já a abertura de capital do IRB RE, o antigo Instituto de Resseguros do Brasil, poderia render mais R\$ 2 bilhões neste ano. A orientação da equipe econômica também é focar nas concessões de obras de infraestrutura. A avaliação é que o apetite dos investidores internacionais não diminuiu com a crise política. E a procura por investimento de alto retorno até aumentou. Representantes de fundos chineses, cingaleses e americanos, entre outros, têm procurado informações sobre investimentos no programa Avança Brasil. O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, não descartou a possibilidade de a Cide ser elevada para fazer caixa.

Segundo ele, o governo vai reavaliar, em junho, o comportamento das receitas e despesas, para verificar se será necessário tomar uma providência: — As medidas serão anunciadas no momento certo. Oliveira afirmou que o Brasil vive uma situação fiscal “gravíssima” e que, sem as reformas, sobretudo a da Previdência, não será possível controlar os gastos públicos. Ele destacou que o país completará, até 2020, seis anos consecutivos de déficit elevado nas contas públicas, e um dos fatores de pressão é o rombo crescente nas contas da Previdência — o que eleva as despesas com juros. Em 2014, lembrou, o déficit da Previdência era de R\$ 56 bilhões e, em 2018, deverá bater nos R\$ 200 bilhões. — É uma despesa que está descontrolada no Orçamento público. Ela está comendo os recursos de outras áreas — disse.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Danielle Nogueira****Título: Acionistas da Vale aprovam primeiro passo da reestruturação**

Mineradora terá capital pulverizado para entrar no Novo Mercado

Apesar da resistência de minoritários e alguns integrantes de fundos de pensão, os acionistas da Vale aprovaram por ampla maioria ontem, em assembleia extraordinária, a primeira etapa do plano de reestruturação da empresa. Os seis itens da pauta foram aprovados com percentuais que vão de 68,02% a 78,14% das ações — cada item foi votado separadamente. O objetivo é diluir os acionistas da Vale, de modo que a companhia deixe de ter “dono” e possa ser listada no Novo Mercado, o mais alto nível de governança da B3 (ex-Bovespa). Na prática, caso a Vale consiga ingressar no Novo Mercado, ela terá menos ingerência do governo e dos demais acionistas majoritários, e seu Conselho de Administração terá mais autonomia. Hoje, a Vale é controlada pela Valepar, holding que reúne BNDESPar, Bradespar, a japonesa Mitsui e fundos de pensão, entre eles Previ (Banco do Brasil), Funcef (Caixa Econômica Federal) e Petros (Petrobras).

GOVERNO MANTÉM GOLDEN SHARE

Mesmo com as mudanças previstas, o governo não vai perder sua golden share, ação especial que dá direito a veto em questões como mudança de sede e divisão de ativos — a exemplo da separação de mina, ferrovia e porto, uma estratégia que assegura a competitividade da Vale no mercado de minério de ferro e demais commodities metálicas. A avaliação dos acionistas é que isso não vai atrapalhar o dia a dia da empresa dentro da nova reestruturação societária. A votação ontem levou cerca de 20 minutos. Compareceram à assembleia 85% do capital social da companhia, considerando tanto os detentores de ações preferenciais como ordinárias. Era necessário o aval de no mínimo 50% mais um para aprovar a pauta.

Os seis itens aprovados referem-se a três assuntos principais: a conversão voluntária de ações preferenciais em ordinárias na relação de 0,9342 papel ordinário para cada ação preferencial, a incorporação da Valepar (holding) pela Vale, e a mudança no estatuto da empresa, de modo a prepará-la para o Novo Mercado. Para se adequar às regras do Novo Mercado, a companhia precisa ter 100% de ações ordinárias (com voto). Por isso, o próximo passo será a conversão das ações preferenciais em ordinárias, que poderá ser feita a partir de hoje até o dia 11 de agosto. A Vale trabalhou junto às principais corretoras do país (BB, Itaú, Ágora, Santander e Credit Suisse) para divulgar como será feita a operação. Num primeiro momento, será necessário atingir 54,09% de conversão para dar andamento à operação, de modo que a Valepar possa ser incorporada à Vale e

seus acionistas possam ser diluídos. Se tudo der certo, a previsão da empresa é ingressar no Novo Mercado em 2020. O presidente da Vale, Fabio Schvartsman, que tomou posse no último dia 23 de maio, comemorou o resultado: — Houve uma votação (favorável) bastante expressiva. Tivemos protesto dos dois lados.

Os preferencialistas queriam um desconto menor e alguns controladores queriam um prêmio maior. Então, a gente conseguiu fazer uma coisa equilibrada, que agradou à maioria mas não a todos. Infelizmente, não é possível agradar 100% dos acionistas — disse o executivo. — Uma empresa é uma soma de muitas coisas. A governança é um dos pilares mais importantes do valor de uma companhia. A tendência é que as ações se valorizem. Segundo Schvartsman, nos próximos meses será convocada nova assembleia, em que serão escolhidos ao menos dois conselheiros independentes. Com a diluição do controle ao longo do tempo, disse, mais conselheiros independentes serão eleitos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Reuters

Título: Tarifa da Eletropaulo vai subir 5,15% a partir de julho

As tarifas da distribuidora AES Eletropaulo subirão 5,15% para clientes residenciais e 2,47% para industriais a partir de 4 de julho. Os reajustes foram autorizados nesta terça (27) pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Em média, as tarifas ficarão 4,48% mais caras. A Eletropaulo, controlada pela norte-americana AES, é responsável pelo fornecimento de energia na região metropolitana de São Paulo.

Na semana passada, a agência autorizou que a distribuidora Copel-D, da estatal paranaense Copel, reajustasse suas tarifas em 5,85%, em média, a partir de 24 de junho.

Os preços cobrados subiram 6% para clientes residenciais e 5,62% para industriais paranaenses.

Outro item que passou por reajuste recentemente foi o botijão de gás. No início do mês, a Petrobras anunciou uma nova política de preços para o botijão, cujo preço começou a ser alterado mensalmente.

O primeiro reajuste, em junho, foi de 6,7%, válido apenas para o botijão de 13 quilos —o mais popular. Para o consumidor, isso significa uma alta de até 2,2%, ou R\$ 1,25 por botijão, caso o aumento seja repassado integralmente pelas distribuidoras ao preço final.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Nicola Pamplona****Título: Vale aprova reestruturação que pulveriza empresa**

Apesar de resistências de um grupo de minoritários e de participantes de fundos de pensão, a Vale aprovou nesta terça (27) sua proposta de reestruturação societária, que põe fim ao bloco de controle da empresa, hoje em mãos do Bradesco e de fundos de pensão.

Em assembleia, os acionistas votaram sete propostas, que representam a primeira fase da reestruturação, anunciada em fevereiro com o objetivo de fortalecer a governança da companhia e permitir seu acesso ao Novo Mercado da bolsa de São Paulo.

Com a aprovação, as ações preferenciais deixarão de existir, sendo convertidas em ordinárias (com direito a voto). Esse foi o tema que apresentou maior rejeição, com voto contrário dos detentores de 22% das ações.

Os termos de conversão foram alvo de reclamação do fundo Capital Group, que tem uma fatia de 12% da mineradora. Em questionamento à CVM (Comissão de Valores Mobiliários), o fundo pediu adiamento da assembleia, mas o pedido foi negado na última sexta (23).

Participantes da Funcef, o fundo de pensão dos empregados da Caixa Econômica Federal, também questionaram a operação na CVM. O pleito ainda está em análise.

Agora, a Vale dá início ao prazo de 45 dias para que os detentores de um número mínimo de 54,09% das ações preferenciais aceitem aderir à conversão, na qual trocarão cada ação por 0,9342 ação ordinária.

A proposta prevê ainda a incorporação da Valepar, controlada por Bradesco, Mitsui e os fundos Funcef, Previ (Banco do Brasil), Petros (Petrobras) e Funcesp (Cesp) à Vale, eliminando o bloco de controle da companhia.

O acordo limita a 25% a participação máxima de um único acionista na empresa. O investidor que quiser ter mais do que isso terá que fazer oferta para comprar a fatia de todos os demais.

Para acionistas, a medida reduzirá a possibilidade de interferência política na mineradora, que desde a privatização, há 20 anos, vem sofrendo pressões por nomeação de executivos e pela realização de investimentos.

Embora haja focos de resistência entre os participantes –que temem a queda do valor das ações com o fim do prêmio de controle– os fundos veem na operação uma chance de levantar dinheiro com a venda das ações da mineradora, que era dificultada pelo acordo de acionistas.

Para a Previ, por exemplo, a mudança era considerada essencial para viabilizar o pagamento de aposentadorias, já que seu principal plano, o Plano 1, é detentor de 15,5% do capital da Vale e estava "preso" ao bloco de controle.

Com a mudança, boa parte das ações estará livre para negociação a partir de fevereiro de 2018.

A Funcef, que votou a favor da reestruturação, também conta com a possibilidade de venda de ações da empresa. O fundo é detentor de 12,8% da Litel, veículo pelo qual os fundos participam do controle da mineradora.

A Petros diz que o novo acordo garante maior liquidez para seu principal plano, o Plano Petros do Sistema Petrobras, que concentra 80% do investimento na mineradora e hoje tem déficit no pagamento de dividendos.

ENTENDA

Pela proposta, as ações preferenciais deixarão de existir, sendo convertidas em ordinárias (com direito a voto). E a Valepar, empresa detida por Bradesco e pelos fundos e que exerce o controle da mineradora, será incorporada pela Vale.

Assim, não haverá mais um bloco de controle definindo os rumos da companhia, o que reduz também os riscos de ingerência política na gestão –hoje, o governo exerce influência por meio dos fundos e do BNDESPar, que também é acionista.

Pelo acordo, um investidor só poderá ter 25% do capital da Vale. Quem quiser ter mais precisará fazer uma oferta para comprar a fatia de todos os demais acionistas.

A ideia é concluir o processo até o final de 2017. O acordo prevê um período de transição até 2020, no qual parte das ações ficam congeladas.

ALÍVIO

A mudança na estrutura da Vale resolve um problema para os fundos, que estiveram às voltas com rombos bilionários. Hoje, Previ (dos funcionários do BB), Funcef (Caixa), Petros (Petrobras) e Funcesp (Cesp) detêm ações na Vale por meio da Litel –que por sua vez é sócia da Valepar. Com esse modelo, os fundos não podem vender ações a qualquer tempo na Bolsa.

Para a Previ, a mudança era essencial para viabilizar o pagamento de aposentadorias. A fatia na Vale é o principal ativo do Plano 1, o maior de seus planos, que tem 15,5% do capital total da Vale. Tal fatia, porém, está "presa" no bloco de controle.

Com a mudança, boa parte das ações estará livre para negociação a partir de fevereiro de 2018, diz a Previ. O restante estará livre em 2020.

O Plano 1 teve rombo de R\$ 13,9 bilhões em 2015, mas os resultados haviam sido revertidos até novembro de 2016.

A Funcef, que tem 12,8% da Litel, também comemorou a possibilidade de ter opções para a venda de sua fatia, destacando em nota que metade das ações ordinárias poderá ser negociada na Bolsa após seis meses.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth

Título: Eletropaulo vai elevar tarifas em 4,48% a partir de julho

As tarifas da Eletropaulo vão subir 4,48% em média a partir de 4 de julho. Para consumidores conectados à alta tensão, como indústrias, o aumento será de 2,37%, e aqueles ligados na baixa tensão, como residenciais, a alta será de 5,37%. As novas tarifas vigoram a partir de 4 de julho e valem para 6,9 milhões de unidades consumidoras em São Paulo e Região Metropolitana, de acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Uma das razões que explicam o reajuste tarifário da Eletropaulo é o aumento dos custos de transmissão de energia, um dos componentes da tarifa, que inclui geração, distribuição, encargos setoriais e impostos. Do efeito médio de 4,48%, a transmissão contribuiu com 7,11%, o que mostra que os custos dos outros itens caíram ou se mantiveram em patamares mais baixos. Por ter efeitos na capital paulista, o reajuste da Eletropaulo é um dos que mais influencia o índice oficial de inflação, o IPCA.

De acordo com o economista Leonardo França Costa, da Rosenberg Associados, o impacto desse aumento será de 0,05 ponto porcentual, a ser dividido entre as

taxas de julho e agosto. “Se a elevação for repassada inteiramente ao consumidor, deve causar um aumento de 1,58% no item energia elétrica residencial, com impacto de 0,05 ponto porcentual no IPCA”, afirmou o economista.

Apesar disso, a Rosenberg manteve a estimativa de que a inflação deve encerrar o ano em 3,50%. As transmissoras também tiveram as tarifas reajustadas para os próximos 12 meses. A partir de 1.º de julho, as receitas de nove das principais empresas do País ficarão 74,74% mais altas. Juntas, elas terão uma receita anual permitida (RAP) de R\$ 23,736 bilhões.

O aumento vale para CEEE-GT, Celg-GT, Cemig- GT, Copel-GT, CTEEP, Eletronorte, Eletrosul, Furnas e Chesf. De acordo com o diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, esse aumento de 74,74% deve ter um impacto médio de 7,15 pontos percentuais na tarifa, dependendo da concessionária

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Adriana Fernandes / Idiana Tomazelli

Título: Para elevar receita, aumento da Cide volta ao radar

Tributo cobrado sobre a gasolina e o diesel é uma das alternativas em estudo no governo para garantir o cumprimento da meta fiscal

Para ajudar no cumprimento da meta fiscal deste e do próximo ano, o governo voltou a estudar a elevação da Cide Combustíveis, um tributo cobrado sobre a venda da gasolina e do diesel. A medida pode garantir uma arrecadação extra de R\$ 3,5 bilhões a cada R\$ 0,10 de aumento por ano, mas o impacto neste ano seria apenas de um quarto deste valor, já que um eventual aumento só poderia vigorar daqui a três meses.

Apesar da promessa do presidente Michel Temer de não aumentar a carga tributária no seu governo, a alta de tributos voltou à mesa de discussão da equipe econômica por conta das dificuldades de se fazer crescer a arrecadação. Ontem, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, advertiu que a situação das contas públicas continua “gravíssima”.

No caso da Cide, há ainda uma pressão adicional do setor de etanol para que a alíquota seja elevada – o que tornaria o álcool mais competitivo em relação à gasolina. Perguntado sobre a possibilidade de adoção da medida, Oliveira não confirmou nem descartou. “Vamos fazer as medidas adequadas e necessárias no seu momento.

” O secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia (MME), Márcio Félix, informou, porém, que a elevação da Cide está sob análise do Ministério da Fazenda. “Esse assunto foi discutido há alguns meses, chegou a ser cogitado no Ministério de Minas e Energia, mas está sendo coordenado pelo Ministério da Fazenda”, disse.

Como mostrou o Estadão/ Broadcast, essa já era uma alternativa em março, mas o Banco Central era contrário à ideia pelo impacto na inflação. Para Félix, o momento de inflação mais controlada pode permitir uma reavaliação.

Alternativas.

Com o risco cada vez maior de a votação das reformas não caminhar mais, depois da denúncia contra o presidente Michel Temer, a orientação da equipe econômica agora é encontrar novas medidas para diminuir as despesas, já que as receitas continuam decepcionando. Em maio, a frustração de arrecadação, segundo apurou o Estadão/ Broadcast, alcançou R\$ 2 bilhões, e pode se repetir em junho.

O governo tem até 22 de julho para adotar novas medidas e mostrar que a meta fiscal, que prevê um rombo de R\$ 139 bilhões, não está em risco. É o prazo para o envio ao Congresso do relatório bimestral de avaliação de despesas e receitas do Orçamento. No documento, o governo já deve reconhecer o fracasso do ingresso de algumas receitas extraordinárias.

Mas, mesmo com o aumento da Cide e aprovação de projeto que permite o resgate de R\$ 8,6 bilhões de precatórios (pagamentos de valores devidos em ações judiciais depois da condenação definitiva) não sacados, o governo continuará com dificuldade de cumprir a meta, admitem fontes da área econômica.

O risco é de que, a partir de setembro, o governo já comece a empurrar o pagamento de despesas para o próximo ano. Para o diretor executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, Felipe Salto, o cenário fiscal traçado pelo governo para o período de 2018 a 2020 é demasiado otimista e esconde a necessidade de contingenciamentos cada vez maiores para assegurar o cumprimento das metas de resultado primário.

O quadro é tão delicado que em breve a chamada “margem fiscal”, despesas não obrigatórias que em tese podem ser alvo de corte, se esgotará e o governo precisará diminuir gastos que são obrigatórios, como os benefícios previdenciários e o seguro-desemprego, segundo nota técnica da IFI.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Renato Carvalho e Renée Pereira****Título: Chinesa faz proposta por fatia de Santo Antônio**

A chinesa State Power Investment Overseas (Spic) apresentou ontem uma proposta para comprar a participação da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) na Hidrelétrica Santo Antônio, em Rondônia. A estatal mineira detém 22,4% da usina, de 3.568 MW, por meio das empresas Cemig Geração e Transmissão e SAAG Investimentos. Em comunicado ao mercado, a estatal de Minas afirma que a proposta será deliberada pela governança da empresa.

As conversas para vender a participação na usina do Rio Madeira começaram há alguns meses. Além da fatia da Cemig, a empresa chinesa também negocia a aquisição com os outros sócios da hidrelétrica. Um deles é a Odebrecht Energia, que detém 18,6% de participação na Santo Antônio. Nesse caso, a companhia ainda negocia os termos e condições para um acordo de compra.

Por tabela, a fatia da Eletrobrás na hidrelétrica também poderia ser vendida, conforme já afirmou o presidente da estatal federal, Wilson Ferreira Junior. O valor total de 100% dos ativos da Santo Antônio é estimado em cerca de R\$ 9 bilhões. Mas, no início das negociações, a expectativa era que um valor a ser desembolsado seria bem menor: entre R\$ 6 bilhões e R\$ 7 bilhões.

O restante seria vinculado ao cumprimento de metas de desempenho e deveria ser parcelado. A Cemig não informou o valor da proposta feita pela chinesa ontem pela sua participação. Desde que a hidrelétrica foi colocada à venda, os sócios vinham fazendo road show em vários países para apresentar o projeto. A Odebrecht, por exemplo, foi para a China, onde ofereceu sua participação para várias outras companhias, além da Spic.

Na lista das empresas que já olharam a usina, estavam a China Three Gorges e a canadense Brookfield. Mas nos dois casos as conversas não foram adiante. Com a proposta feita ontem pela Cemig, a expectativa de analistas do mercado é que as demais negociações sejam aceleradas para que as compras sejam feitas simultaneamente. Para a Cemig, a venda dá fôlego ao seu caixa, já que tem uma série de compromissos para honrar neste ano e nos próximos.

A empresa anunciou um programa de desinvestimento que pode superar R\$ 6 bilhões, incluindo a venda de participações em empresas de transmissão de energia elétrica e também a distribuidora do Rio de Janeiro Light. Em recente entrevista ao Estadão/Broadcast, o presidente da companhia afirmou que a venda de ativos da estatal é uma necessidade.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção:** Caderno 2 / colunas**Autor:** Sonia Racy**Título:** Direto da Fonte

De mim distante

Pelo menos dois acionistas da Sete Brasil estão céticos em relação a uma nova rodada de negociações com a Petrobrás. “Há um ano e meio eles dizem que vão conversar e nada”, lamenta um deles. Lembram que, com o mercado em baixa, a estatal hoje aluga sonda de petróleo no exterior por... um terço do preço acordado com a SB. “Vão arrastar este processo com a barriga”, aposta o outro acionista.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Brasil**Autor:** Camila Maia | De São Paulo**Título:** CCEE pede à Aneel R\$ 2,7 bi extras para Conta de Desenvolvimento Energético

O orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) deste ano, de R\$ 15 bilhões, pode precisar de aumento de R\$ 2,7 bilhões, devido aos montantes que estão deixando de ser recolhidos dos grandes consumidores de energia, que têm liminares reduzindo as obrigações de pagamento do encargo setorial.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) enviou uma carta à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) na semana passada pedindo a suplementação do orçamento da CDE neste montante.

Segundo Rui Altieri, presidente do conselho da CCEE, o pedido foi motivado pelo descasamento entre o fluxo de caixa previsto na CDE e o apurado de fato.

A CCEE assumiu no início de maio a gestão dos fundos setoriais de energia, no lugar da Eletrobras. A CDE é um encargo setorial pago por todos os consumidores, via tarifa, e inclui atribuições como despesas com universalização do acesso à energia no país, descontos da tarifa de baixa renda, subsídios para produção de termelétricas nos sistemas isolados (por meio da Conta de Consumo de Combustíveis), entre outros. O orçamento aprovado pela Aneel para 2017 foi de R\$ 15,01 bilhões.

No passado, a Eletrobras chegou a pedir a revisão do orçamento anual da CDE em outras ocasiões, mas quase sempre como parte de um questionamento dos valores aprovados pela Aneel.

O problema é que hoje há muitos agentes protegidos por liminares que deixam de pagar o encargo, ou pagam um montante menor do que o que teoricamente deveriam, por causa das decisões judiciais. "Nos últimos dois meses, arrecadamos, em média, 65% do previsto no orçamento. Essa falta vai ter que ser compensada de alguma maneira", disse Altieri, depois de participar do evento Ethanol Summit.

Questionado se a maneira de compensar seria pela cobrança de todos os outros consumidores, pela tarifa, Altieri disse que a decisão cabe à Aneel, que vai utilizar os instrumentos à disposição para resolver o problema.

Na carta enviada à Aneel, ao qual o **Valor** teve acesso, a CCEE explicou que os R\$ 2,7 bilhões se referem ao montante necessário para fazer frente ao déficit de caixa estimado, e de uma reserva para suportar contingências.

Procurada, a Aneel disse que o processo ainda precisará passar pela área técnica e ser distribuído a algum dos diretores. Uma decisão sobre o orçamento dependerá ainda do resultado de uma audiência pública. Se a solução for ampliar o orçamento da CDE deste ano, isso significará um aumento da tarifa para todos os consumidores não protegidos por liminares.

Além dessas decisões judiciais referentes aos encargos setoriais, a CCEE enfrenta outro desafio, referente às liminares que limitam os efeitos do risco hidrológico (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês) no mercado livre. Atualmente, há R\$ 1,6 bilhão travado no mercado por causa das liminares.

Segundo o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa, o governo espera ter uma solução para o problema em 30 dias. Isso é fundamental, pois o mercado de curto prazo de energia vai começar a ter liquidações com GSF alto e um preço de liquidação das diferenças (PLD) igualmente alto. "Se não resolvermos agora, o problema vai chegar num patamar explosivo", disse Pedrosa.

"Nós estamos preocupados, mas estamos trabalhando para enfrentar o problema. Mas me parece que há uma convergência para uma solução. Todos têm que perder um pouco, não sairemos dessa situação se entendermos que todos vão ser vencedores", disse.

Altieri também ponderou que o valor represado pelas liminares do GSF deve crescer. Uma solução está sendo negociada atualmente com as hidrelétricas do mercado livre, que envolve a valoração do valor de exposição das companhias ao risco hidrológico e, como contrapartida, uma extensão das concessões de forma proporcional. Segundo Altieri, deve ser necessária a edição de uma medida provisória autorizando a extensão das concessões das usinas.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: André Ramalho | Do Rio****Título: ANP terá royalties diferenciados em próximo leilão**

Cerca de 60% dos 287 blocos exploratórios oferecidos pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) na 14ª Rodada, em setembro, terão alíquotas de royalties diferenciadas, para estimular investimentos em novas fronteiras exploratórias e bacias maduras de maior risco. Pela Lei do Petróleo, de 1997, a alíquota pode ser estabelecida para cada bloco leiloadado, dentro de um intervalo de 5% a 10%, mas vem sendo cobrada sempre pelo teto.

De acordo com as regras definidas pela ANP no pré-edital do leilão, as bacias do Paraná (terra) e de Pelotas (mar) foram consideradas de maior risco e terão alíquota mínima de 5%. A ANP fixou, ainda, alíquota intermediária, de 7,5%, para concessões localizadas nas bacias terrestres Sergipe-Alagoas, Potiguar, Recôncavo e Espírito Santo. Apenas 40% das áreas ofertadas estarão sujeitas ao pagamento do percentual máximo de 10%. Para campos mais rentáveis, que vierem a pagar participação especial, o órgão regulador definiu que o royalty será de 10%, independentemente da bacia onde se situem.

O diretor-geral da ANP, Décio Oddone, explica que a diferenciação dos royalties faz parte de uma série de iniciativas para aumentar a competitividade da rodada, frente à concorrência com leilões promovidos por outros países. Deu como exemplos a flexibilização nos índices de conteúdo local e a retirada dos percentuais de nacionalização dos critérios de pontuação das ofertas no leilão.

"Quanto a isso [concorrência com outras licitações], não tenho dúvida de que somos competitivos, porque nossos ativos são bons e nossas condições melhoraram muito", disse Oddone, durante evento, no Rio.

A ANP estima que as nove rodadas previstas até 2019 têm potencial para gerar investimentos de US\$ 80 bilhões no longo prazo, dos quais US\$ 30 bilhões concentrados no Rio. Além das novas licitações, a agência estima que as petroleiras que operam no Brasil possuem em carteira projetos que podem destravar investimentos adicionais de R\$ 240 bilhões em até sete anos.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Camila Maia | De São Paulo****Título: Relatório sobre cessão onerosa do pré-sal sai nesta semana**

O Ministério de Minas e Energia espera que a Agência Nacional do Petróleo (ANP) entregue até o fim desta semana os cálculos referentes aos excedentes da cessão onerosa em áreas do pré-sal, que foram feitos por uma certificadora externa e estão sendo revisados atualmente, disse Márcio Felix, secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis da pasta.

"A partir daí, governo e Petrobras vão sentar para construir, espero, uma negociação que resulte em coisas boas tanto para a Petrobras quanto para o desenvolvimento da indústria", disse o secretário. Segundo ele, existem conversas preliminares dentro do governo, porque a definição dos números da ANP "demorou bastante".

"Esperamos que haja convergência num período curto para transformar isso no próximo ano em riquezas a serem desenvolvidas no país", disse. Félix. Esses volumes adicionais devem ser os excedentes da cessão onerosa, descobertas feitas desde 2010, quando o contrato original entre Petrobras e União foi assinado.

A expectativa da Petrobras é que a companhia tenha valores a receber. Como a União passa por momento fiscal complicado, a estatal pode receber em óleo, mas o problema é como monetizar isso. Uma possibilidade considerada pelo mercado era uma mudança na lei permitindo que a estatal faça parcerias para explorar esse óleo.

Segundo Felix, o governo tem preferência por uma solução que não envolva alterações na legislação, para evitar ter que levar a proposta ao Congresso.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes | Do Rio

Título: Vale vence primeira etapa e espera pela adesão de acionista

A Vale abriu caminho ontem, com o apoio majoritário dos acionistas, para levar adiante a reestruturação societária da companhia, promover mudanças na governança corporativa, e continuar a perseguir o objetivo de se transformar em uma empresa sem controle definido, listada no Novo Mercado da B3 (ex-BM&F Bovespa). Em uma Assembleia Geral Extraordinária (AGE) com quórum recorde, equivalente a 85% do capital social da empresa, os acionistas aprovaram por maioria os sete itens da pauta. O mais importante, a conversão voluntária de ações preferenciais em ordinárias, recebeu 78% de votos favoráveis, incluindo ordinaristas e preferencialistas. A troca de ações foi aprovada por 95% dos votos das ações ordinárias presentes e por 68% dos votos das preferenciais, excluídas as abstenções.

O presidente da Vale, Fabio Schvartsman, presente à AGE, mostrou-se otimista com o resultado: "Foi uma votação expressiva, então temos boas chances para a frente. Mas como é uma adesão voluntária [de troca de ações] temos que esperar. É como jogo de futebol, só termina quando acaba." A próxima etapa da operação é tida como a mais complicada uma vez que a conclusão da reestruturação societária depende de que 54,09% das ações preferenciais (1.064 bilhão de ações) decidam pela troca por ONs nos próximos 45 dias, até a semana de 11 de agosto. Ontem a ação ON da Vale na B3 subiu 1,64% e a ação preferencial, 1,83%.

Embora garantir esse "pisso" de adesão dos preferencialistas não seja fácil, o resultado de ontem na AGE reforçou a confiança da Vale e de investidores que será possível atingir a adesão mínima. O percentual de 54,09% garante que os atuais controladores da Vale, reunidos na Valepar, terão menos do que 50% do capital. Na assembleia, o quórum de preferenciais foi 1,310 bilhão de ações, sendo que 827,7 milhões de ações votaram a favor da conversão, 385,7 milhões de rejeitaram a proposta e 97,37 milhões se abstiveram. A abstenção se refere às ações detidas por Valepar e BNDESPar, que não votaram neste e em outros itens.

A conversão é o ponto mais polêmico pois a Valepar fixou uma relação de troca de 0,9342 PN por ação ordinária, deságio de 6%. Fundos da Capital Group, maior preferencialista da Vale, tentaram barrar a AGE na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), mas tiveram o pedido indeferido. Schvartsman minimizou a oposição à reestruturação: "A proposta feita se mostrou equilibrada porque tivemos protestos dois lados: preferencialistas, que queriam desconto menor, e alguns controladores, que queriam prêmio maior. É impossível agradar 100% dos acionistas."

O prêmio citado por Schvartsman também foi aprovado ontem na AGE por 78% dos acionistas presentes. Trata-se de um prêmio de 10% - estimado em R\$ 4,5 bilhões -, que será recebido pela Valepar. A AGE também aprovou a incorporação da Valepar pela Vale com o voto favorável de 78% dos acionistas presentes (ON e PN). O cálculo exclui as abstenções. A incorporação da Valepar na Vale está vinculada ao sucesso da conversão voluntária de ações.

Se quem votou na AGE a favor da troca de ações confirmar adesão, vão faltar 150 milhões de papéis PN, diz Itaú BBA

Considerando que quem votou a favor da troca de ações na AGE vai converter PN por ON nos próximos 45 dias, a corretora Itaú BBA estimou que ainda faltaria a adesão de 150 milhões de ações preferenciais em poder de acionistas minoritários que não foram à assembleia. A conta considera também a conversão das ações preferenciais detidas por Valepar e por BNDESPar (86 milhões de

ações). A Itaú BBA disse em relatório que o resultado da AGE aumentou a sua confiança de que a operação irá adiante.

Schvartsman disse que há um trabalho a ser feito pela Vale para divulgar as informações da transação, sobretudo junto aos investidores de varejo no Brasil, segmento que é pulverizado. O Credit Suisse estima que os investidores de varejo no Brasil representam 15,91% das ações preferenciais da Vale. Em conversa com jornalistas, o presidente da Vale disse que uma de suas tarefas é garantir que a reestruturação societária ocorra para que a empresa tenha uma melhor governança, com menor presença do Estado no controle. Caso a operação seja bem-sucedida, irá se reduzir o risco de intervenção governamental na Vale, diz o mercado.

"Uma empresa é a soma de muitas coisas, não se pode dizer que apenas a governança manda na percepção de valor de uma empresa. Mas a governança é um dos pilares mais importantes de valor de uma companhia. E isso acontecendo a tendência é que o mercado valorize mais as ações [da Vale] do que valoriza hoje em dia", disse o executivo. Segundo Schvartsman, dentro do processo de reorganização societária, a Vale fará outra assembleia de acionistas para eleger os dois primeiros conselheiros independentes no conselho de administração da mineradora.

A tendência, segundo ele, à medida que o controle da Vale vai sendo diluído, é que haja um grande número de conselheiros independentes no conselho. Na AGE, outro item aprovado foi a mudança no estatuto social da empresa para adequá-lo ao Novo Mercado da B3. Os outros itens aprovados foram questões técnicas relacionadas à incorporação da Valepar.

No mercado, especula-se sobre o que irá acontecer depois de 11 agosto, uma vez encerrada a "janela" de conversão de ações. Para migrar ao Novo Mercado, a Vale vai precisar da adesão de 100% dos preferencialistas, algo que, por mais bem-sucedida que seja a operação, não deve ser alcançado a curto prazo. Se a adesão dos preferencialistas for maciça, pode haver uma sobra de PNs e, neste caso, a Vale poderia transformar a conversão de voluntária em mandatória, abrindo a porta para que os preferencialistas que não aderirem à troca vendam suas ações pelo valor patrimonial que, dependendo da situação, pode ser superior ao valor de mercado da ação. Mas, nos bastidores, a Vale já indicou que não tem plano "B" para a conversão hoje em curso.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Variação do minério volta a ser positiva no mês

Após oito altas durante nove dias, o minério de ferro passou a subir em junho. Os preços da matéria-prima com teor médio de 62% entregue no porto chinês de Qingdao bateu US\$ 59,70 por tonelada ontem, após avançar 5,2% no dia, segundo o índice da "Metal Bulletin". Com isso, o ganho no mês chegou a 4,7%.

Mesmo assim, o movimento de queda observado desde o fim de fevereiro deixa a commodity com desvalorização acumulada no ano de 24,3%. Analistas apostam que há espaço para recuo adicional até o fim do ano, para algo não muito abaixo do patamar de US\$ 55.

Os motivos para o enfraquecimento foram a perspectiva de desaceleração no crescimento da demanda chinesa pelo minério, uma vez que o pico sazonal de produção do aço no país se dá no segundo trimestre. Ao mesmo tempo, Austrália e Brasil devem inundar o mercado transoceânico com oferta de baixo custo.

Mas no momento, a produção siderúrgica ainda não se enfraqueceu. Após um recorde histórico em abril, durante maio a China fabricou volume considerável, de 72,3 milhões de toneladas. O minério é o principal insumo do aço.

"Por enquanto, o que se vê é expectativa de desaceleração e não a desaceleração em si", afirma Felipe Beraldi, analista da Tendências Consultoria Integrada. "É no segundo semestre que devemos ver os efeitos mais claramente."

Para ele, os tempos são turbulentos não só para o minério como para todas as commodities metálicas. Até que o mercado encontre seu "novo normal", ou um patamar de estabilização - provavelmente abaixo do preço atual -, a volatilidade deve seguir alta, diz. A previsão da Tendência é de cotação entre US\$ 50 e US\$ 52 para o minério no quarto trimestre.

Além disso, a confiança do mercado, em geral, melhorou sobre commodities industriais. O mercado futuro foi o que puxou mais fortemente o movimento de alta generalizada. Mas Beraldi aposta que o ciclo será negativo daqui para frente. "A verdade é que esse comportamento recente de preço diz muito pouco sobre os fundamentos", afirma.

A consultoria Capital Economics escreve em relatório que, apesar da maior instabilidade nos últimos meses, a perspectiva é de redução, seguindo a maior calmaria que se enxerga nos mercados de ações e de dívida.

"Não acreditamos em grandes movimentos de preços até o ano que vem", afirma Thomas Pugh, economista da instituição. "Os preços da maioria dos metais industriais [aqui, incluindo o minério] podem cair um pouco com o desapontamento em relação à demanda, mas a baixa volatilidade muito provavelmente será regra."

Mas não só o minério se recuperou, como também os metais não ferrosos. Na Bolsa de Metais de Londres (LME, na sigla em inglês), os contratos futuros de três meses do alumínio subiram 1% nos últimos dez dias, para US\$ 1.882 a tonelada; enquanto o cobre avançou 3%, cotado a US\$ 5.858; e o níquel teve ganhos de 3%, para US\$ 9.260.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Acordo da Paranapanema

A produtora de cobre refinado Paranapanema formalizou ontem com seus credores o acordo de suspensão temporária de dívidas ("standstill"), que vai vigorar até o dia 20 de julho. Neste período, portanto, os credores comprometeram-se a não tomar medidas relacionadas à cobrança de seus créditos, inclusive abstendo-se de vender antecipadamente obrigações de pagamento de principal ou juros, executar garantias, ou fazer apontamentos voluntários nos cadastros dos órgãos de proteção ao crédito.

Cemig recebe proposta

A Cemig recebeu oferta da chinesa State Power Investment Overseas (SPIC Overseas) para compra das participações da Cemig Geração e Transmissão e da SAAG Investimentos na Madeira Energia, concessionária da hidrelétrica de Santo Antônio. A Madeira Energia tem como acionistas Furnas (39%), Odebrecht (18,6%), SAAG Investimentos (12,4%), Cemig Geração e Transmissão (10%), e Caixa Fundo de Investimentos em Participações AmazôniaEnergia (20%). A SAAG Investimentos tem como acionista majoritário a Andrade Gutierrez. A estatal publicou em 1º de junho uma lista de dez ativos para venda, incluindo a participação em Santo Antônio. O valor patrimonial da usina no balanço da Cemig é de R\$ 1,28 bilhão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Minoritários da CPFL Renováveis vão à CVM

Um grupo de acionistas minoritários da CPFL Renováveis, que inclui investidores como Pátria, BTG Pactual e o DEG, banco de desenvolvimento da Alemanha, enviou uma manifestação à Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

questionando o preço proposto pela chinesa State Grid na oferta pública de aquisição de ações (OPA) da companhia, de R\$ 12,20 por ação. Eles pedem tratamento igualitário ao da CPFL Energia, e propõem o preço de R\$ 16,74 por ação.

Com isso, o valor a ser desembolsado pelos chineses pela compra dos 48,4% de ações da CPFL Renováveis em circulação no mercado pode subir de R\$ 2,9 bilhões para até R\$ 4,07 bilhões. Se considerado um critério de avaliação pelo Ebitda da companhia, o preço pode subir a até R\$ 23,02 por ação, levando o desembolso total a R\$ 5,6 bilhões.

Dependendo da decisão da CVM, esse montante pode ser somado aos quase R\$ 26 bilhões que a State Grid está pagando pela CPFL Energia, considerando aquisição de 100% da holding.

Segundo acionistas, o preço proposto não reflete o valor real da empresa de energia renovável

O **Valor** teve acesso à manifestação enviada à CVM em 9 de junho, assinada pelos acionistas Pátria, BTG Pactual, GMR Energia, Fundo Arrow, a gestora Secor, o alemão DEG e o International Finance Corporation (IFC), braço do Banco Mundial. Juntos, eles representam 33,55% das ações da CPFL Renováveis.

A State Grid ainda tem algumas semanas para se manifestar na CVM. Depois disso, uma decisão sobre o pleito dos minoritários caberá à algum superintendente do regulador. Segundo uma fonte próxima da situação, são grandes as chances de que ambos os lados recorram da decisão, o que levaria o caso para o colegiado da autarquia. Isso pode arrastar a decisão por mais três ou quatro meses.

Em 1º de julho de 2016, a State Grid fechou a compra da participação da Camargo Corrêa na CPFL Energia, por R\$ 25 por ação. A oferta foi estendida aos demais sócios do bloco de controle e concluída em janeiro, ao preço ajustado de R\$ 25,51. Em fevereiro, a State Grid apresentou à CVM o pedido de OPA unificada da CPFL Energia, e também da CPFL Renováveis, ao preço de R\$ 12,20 por ação.

Segundo o grupo, o preço proposto não confere tratamento igualitário aos acionistas minoritários da companhia, e não reflete o valor real da empresa de energia renovável. Na manifestação, eles alegam que a State Grid tinha o único interesse de consignar o menor valor possível à CPFL Renováveis, de forma a diminuir seus custos com a operação.

"Esta alocação de preço, naturalmente, é manifestamente conflituosa", diz o documento, ao qual o **Valor** teve acesso.

A alocação de preço foi chamada ainda de "esdrúxula", por atribuir ágio de 29% sobre o valor de mercado das ações da CPFL Energia e deságio de 6% em relação ao valor da CPFL Renováveis.

Os minoritários alegam que o preço de R\$ 16,74 iria representar o ágio semelhante ao do valor médio negociado das ações da CPFL Energia, de 29,1%. O preço médio das ações da Renováveis nos pregões entre 6 de abril do ano passado e 30 de junho daquele ano era de R\$ 12,97.

O critério utilizado pela chinesa State Grid na formulação do preço da OPA da Renováveis foi o Ebitda anualizado desta e sua proporção dentro da CPFL Energia, de 26,2%. Segundo os minoritários, mesmo sob esta metodologia o preço estaria incorreto, uma vez que a proporção correta seria de 26,6%, resultando num preço de R\$ 12,58.

Outro argumento apresentado por eles é que isso não confere um tratamento igualitário aos acionistas das duas companhias, pois assume que ambas são semelhantes, o que não acontece de fato. Enquanto a CPFL Energia é uma empresa que tem a maior parte do faturamento na área de distribuição de energia, a CPFL Renováveis é concentrada em geração por fontes renováveis, e tinha diversos ativos pré-operacionais na época em que a operação foi fechada.

"O setor de energia renovável tem o Ebitda futuro previamente contratado. Antes de se iniciar a implantação dos ativos de geração, normalmente são assinados contratos de compra e venda de energia de longo prazo", diz a manifestação, completando que a receita é previsível por este motivo.

Enquanto o projeto não entra em operação, porém, os investimentos via capital próprio e financiamento já são lançados no balanço da companhia.

Eles apontam que, em 31 de março de 2016, data definida pela State Grid para apurar o preço da OPA de "tag along" da companhia, ela tinha mais de 300 megawatts (MW) em construção, com investimentos previstos de R\$ 2 bilhões, dos quais R\$ 600 milhões tinham sido gastos. Isso impactou a dívida líquida da Renováveis incluída no cálculo da State Grid.

"Em outras palavras, o Ebitda da Renováveis apresenta um crescimento, já contratado e verificado em 2017, substancialmente superior ao potencial crescimento do Ebitda da CPFL Energia", diz o documento.

Se fosse considerado o Ebitda projetado para este ano, de R\$ 1,450 bilhão (ante o valor de R\$ 992 milhões apurado entre o segundo trimestre de 2015 e o primeiro trimestre de 2016), e aplicado o mesmo múltiplo utilizado pela State Grid em sua proposta, o preço por ação da Renováveis chegaria a R\$ 23,02.

Procurada, a State Grid não se manifestou até o fechamento da reportagem.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Carro | Do Rio

Título: Mineradora de carvão de Eike Batista vai propor ação contra ex-executivo

Empresa pouco conhecida do grupo de Eike Batista, a mineradora de carvão CCX vai propor em assembleia geral extraordinária de acionistas a abertura de ação na Justiça contra Gunnar Gonzalez Pimentel, que até abril exercia os cargos de diretor-presidente e de diretor de Relações com Investidores da companhia.

A decisão foi tomada em reunião do conselho de administração da CCX realizada na última sexta-feira, de acordo com a ata arquivada junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). No documento, o colegiado informa que a assembleia - convocada para 12 de julho - serviria também para dar ciência aos acionistas sobre "atos supostamente ilegais praticados" pelo executivo.

Tanto a ata da reunião do colegiado como o edital de convocação da assembleia não detalham quais seriam esses atos, mas uma fonte familiarizada com o caso informou - sob a condição de anonimato - que pesam contra Pimentel acusações de ter feito pagamentos impróprios a si próprio tanto na pessoa física como na jurídica.

De acordo com a fonte, entre as supostas irregularidades está o uso de uma pessoa jurídica na qual Pimentel era o único sócio-diretor para simular a prestação de serviços à CCX, o que justificaria os desembolsos. Os pagamentos teriam sido feitos na Colômbia sem autorização do conselho de administração, acrescenta a fonte.

Já Pimentel afirmou ao **Valor**, por meio de seus advogados, que tem farta documentação para justificar a legalidade de todos os seus atos à frente da companhia. Ainda por intermédio de seus representantes legais, o ex-diretor-presidente da CCX frisou que não cometeu delito algum e acrescentou que apresentará à Justiça "documentação que mostra a ingerência do controlador [Eike Batista] na condução das atividades da empresa, tanto comerciais como financeiras."

Na CCX desde dezembro de 2014, o executivo deixou a empresa em abril por uma questão que nada tem a ver com as supostas irregularidades: "O motivo da não recondução dele foi a insatisfação do acionista [controlador]", resumiu a fonte ouvida pelo **Valor**.

Em 2016, a mineradora colombiana registrou prejuízo de R\$ 302,7 milhões. Sem efeito sobre o caixa da empresa, as perdas foram meramente contábeis e quase totalmente relacionadas à venda de ativos para a turca Yildirim Holding.

Na verdade, o que teria selado a saída de Pimentel do comando da empresa foi a desconfiança do conselho de administração e de Eike Batista em relação à transparência com que eram apresentados os números consolidados da companhia. Sem passivos bancários e trabalhistas expressivos, a CCX tem ainda uma série de dívidas em aberto com Eike Batista ou com empresas controladas por ele. Por causa dessa situação, Eike demanda atualizações frequentes sobre a situação do caixa da companhia.

Na versão da fonte ouvida pelo **Valor**, a resistência de Gunnar Pimentel em compartilhar os números acabou resultando numa varredura detalhada nas finanças da CCX após a saída do executivo e, posteriormente, na decisão de propor uma ação judicial.

Criada em 2012 a partir da cisão de ativos de carvão mineral da MPX (hoje conhecida como Eneva), a CCX Carvão da Colômbia nunca produziu comercialmente mas continua a ter Eike Batista como acionista majoritário. O empresário detinha em 1º de junho 56,22% dos papéis ordinários. Outros 5,44% das ações estavam em poder da 9 West Financial, empresa controlada pela holding Mubadala Development Company, dos Emirados Árabes Unidos. Os 38,34% restantes do capital pertenciam a outros acionistas. Procurada, a CCX optou por não comentar o assunto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Cemig e BNDESPar I

A Cemig informou que a BNDESP ar votou contra a proposta do conselho de administração que permite a empresa ultrapassar as metas de endividamento por motivos conjunturais, mediante justificativa prévia. A proposta foi submetida ontem para avaliação em assembleia geral, na qual também votaram contra outros acionistas, como o fundo Geração Futuro L. Par. A medida, no entanto, foi aprovada pela maioria dos acionistas. As mudanças preveem que a meta de endividamento consolidado passe de igual ou inferior a 2 vezes o Ebitda para igual a 2,5 vezes.

Cemig e BNDESPar II

A relação de endividamento da Cemig também foi ampliada de 40% para 50%. O montante de recursos destinados a investimentos de capital e à aquisição de quaisquer ativos foi mantido em, no máximo, 40% do Ebitda. Em explicação sobre seu voto, a BNDESPar afirmou que a Cemig deve buscar aumento da eficiência e alienação de ativos para redução da alavancagem, de modo a retornar aos limites previstos estatutariamente. A BNDESPar pediu que a Cemig apresente maior detalhamento da memória de cálculo nas próximas propostas que tratem de ultrapassar os "covenants" estatutários.

Novo presidente da Light

O conselho de administração da Cemig indicou Luís Fernando Paroli Santos como diretor-presidente da Light. Santos ocupava o cargo de diretor de distribuição e comercialização da Cemig. A indicação acontece após a renúncia de Ana Marta Horta Veloso à presidência da Light, anunciada na sexta-feira. A executiva deixou o cargo insatisfeita com o poder exercido pela Andrade Gutierrez (maior sócia privada de sua controladora Cemig) nas decisões do conselho de administração da Light. O conselho da Cemig elegeu para a vaga de diretor de distribuição e comercialização Ronaldo Gomes de Abreu.

Reajuste da Eletropaulo

As tarifas da distribuidora de eletricidade AES Eletropaulo terão elevação média de 4,48% a partir de 4 de julho, decidiu a diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) ontem, após analisar em reunião o pedido de reajuste anual da companhia. Responsável pelo fornecimento na região metropolitana de São Paulo, a Eletropaulo elevará em 5,15% as tarifas dos clientes residenciais e em 2,47% a dos consumidores industriais, atendidos em alta tensão, informou a Reuters.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Lucas Marchesini | De Brasília

Título: CSN tenta barrar aquisição de concorrentes

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) está atuando no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para tentar barrar duas grandes operações no setor siderúrgico. A empresa tenta convencer a autoridade antitruste a impedir a venda da Thyssenkrupp CSA para Ternium e a de Votorantim Siderurgia para ArcelorMittal. Nos dois casos, a CSN se habilitou como terceira interessada no processo, que ainda está na Superintendência Geral do Cade.

No negócio envolvendo CSA e Ternium, a CSN pede que a autarquia rejeite a operação ou a condicione a obrigações de fornecimento do aço produzido pela siderúrgica aos concorrentes da Ternium. Para a companhia, "se aprovada nos termos propostos pelas Requerentes [CSA e Ternium], a Operação aumentará significativamente o já amplo poder de mercado do agente verticalmente integrado, com risco de graves prejuízos à concorrência".

Isso aconteceria, prossegue a petição protocolada no Cade, por conta do "pelo potencial de restrição de acesso de concorrentes do Grupo Techint a placas de aço ao carbono, além de eliminar entrante potencial no mercado de aços planos ao carbono".

O ponto principal da argumentação da CSN envolve a integração vertical proporcionada pela compra da CSA à Ternium. Esse tipo de integração acontece quando uma empresa compra uma fornecedora de insumos, por exemplo. "A aprovação da operação gera risco de restrição drástica do acesso dos produtores locais concorrentes do Grupo Techint a placas de aço ao carbono, insumo essencial para a atuação desses players no mercado", explica a petição.

"As demais fabricantes de placas de aço ao carbono não conseguem atender a demanda do mercado nacional nas mesmas condições de competitividade que a CSA", prossegue. De acordo com a CSN, a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) "é a única outra fabricante independente de placas no Brasil, fora a CSA" e, "devido à sua localização e à interligação da usina ao Porto de Pecém [no Ceará], a CSP tem sua produção totalmente voltada ao mercado externo". A CSP foi apontada em sua petição inicial no Cade como uma possível alternativa no fornecimento de placas de aço ao carbono para as empresas nacionais.

Em casos como esse, é de praxe o Cade analisar se o produto em análise pode ser substituído nas mesmas condições por importações. A petição da CSN se adiantou ao assunto e apontou que "não se pode dizer que exista plena concorrência entre os produtos nacionais e importados porque os custos de internalização são significativos, o que torna os produtos nacionais mais competitivos em termos de preço".

Diante disso, a CSN pediu para o Cade que a operação "seja integralmente rejeitada". Caso não seja possível, o negócio deveria ser condicionado ao "cumprimento de obrigação de fornecimento de placas de aço ao carbono ao mercado nacional em condições isonômicas e a preços competitivos pelas Requerentes". Esse tipo de restrição é conhecido como remédio comportamental no jargão antitruste.

A CSN também se habilitou como terceira interessada no processo que analisa a venda da Votorantim Siderurgia para a ArcelorMittal. "A racionalidade econômica

preponderante que motivou a presente Operação, na verdade, parece ser a eliminação do único concorrente que, com exceção da Gerdau, possui condições de oferecer rivalidade efetiva à ArcelorMittal", acusa na petição.

A CSN questiona porque tem uma usina de aço longo situada em seu site em Volta Redonda (RJ).

Para a siderúrgica, a operação deveria ser proibida e somente autorizada se "for claramente demonstrada" que "parte relevante dos benefícios [decorrentes do negócio] será transferida aos consumidores, bem como constatado que os alegados efeitos positivos da operação superariam os seus evidentes efeitos negativos e os riscos à livre concorrência nos mercados afetados". Isso porque, para a CSN, "a operação certamente resultará em concentração de mercado elevadíssima, especialmente em um mercado que já é altamente concentrado".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Gustavo Brigatto | De São Paulo

Título: Modelo virtual da GE prevê problemas

Com um iPad na mão, Colin Parris, vice-presidente de pesquisa digital da GE, começa a "conversar" com uma turbina de uma usina de geração de energia.

A cada pergunta feita, uma voz robótica feminina responde e ele fica sabendo que o equipamento pode, em pouco tempo, apresentar fissuras por seu histórico recente de uso, e recebe duas opções para resolver o problema. Ele escolhe a segunda e, em poucos minutos economiza para a empresa US\$ 12 milhões que poderiam ser gastos em paradas para manutenção.

A simulação da interação entre o executivo e a máquina foi um exemplo prático de tecnologias que a gigante americana tem incorporado aos seus produtos e operações internas no processo de transformação de uma companhia industrial clássica para uma empresa mais ágil e conectada.

O exemplo de Parris é o que a GE chama de gêmeo digital. Isso significa criar um modelo virtual de um item físico, reproduzindo todas as suas características e condições a que ele está exposto no dia a dia. Com isso, é possível acompanhar, simular e prever problemas. No modelo virtual, é possível até criar sensores virtuais, que não existem no mundo físico, para monitorar o funcionamento de outras partes do sistema. "Antes, nós dizíamos que a vida útil média de uma determinada peça era, por exemplo, de três anos. Hoje, podemos dizer, com certeza, quando ela vai ter problema em um cliente específico, levando em conta dados do comportamento do ambiente dele", disse Parris, durante palestra no 7º

Congresso Brasileiro de Inovação da Indústria, organizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em São Paulo. Segundo o executivo, a GE tem em operação 800 mil gêmeos digitais no mundo, que geraram para a empresa uma receita de US\$ 300 milhões em 2016.

Os modelos digitais se alimentam de dados gerados por sensores e são analisados por softwares para gerar informações. A inteligência também é aplicada na robótica. Parris diz que os robôs são usados nas fábricas, em processos internos e na área de serviços da empresa. Um dispositivo de cinco centímetros faz, em minutos, manutenções em turbinas de aeronaves que, normalmente, demorariam horas. "As tecnologias de internet são a base comum das oportunidades para avançar nas próximas décadas. Adicionar o digital à indústria dá a habilidade de aproveitar essas oportunidades", disse.

MME / ASCOM .